

# UMA PARCERIA FEMINISTA DE PESQUISA

## As mulheres indígenas em meio urbano

Este trabalho tem o objetivo de definir as condições de surgimento de uma parceria feminista de pesquisa entre militantes indígenas e acadêmicas, parceria na qual me encontro atualmente engajada. Essa parceria será tratada na medida em que implica processos de definição e reajuste de relações sociais múltiplas. As parceiras, realmente, encontram-se ligadas ao mesmo tempo em um plano estrutural e um plano pessoal.

### **A parceria de pesquisa**

Para entender bem a noção de parceria, é preciso ir mais longe que seu sentido comum, que provavelmente vem do mundo dos negócios. No seio das ciências sociais e da abordagem feminista, a idéia de parceria é híbrida, com certeza, pois conota ao mesmo tempo o construtivismo, a prática de campo e a pesquisa participativa. Julie Park, por exemplo, afirma que nos últimos anos o conceito de parceria se tornou um ponto de referência para a pesquisa feminista<sup>1</sup>. Para ela, a parceria tem conotações de metodologia, uma metodologia baseada nas relações sociais e segundo a qual a pesquisa é um processo interativo de criação de dados.

Na verdade, a idéia de parceria não é nada nova para as feministas e é parte integrante da abordagem que utilizam. As feministas construtivistas, principalmente, procuram elucidar as estruturas no seio das quais os sujeitos constroem o sentido que organiza seu comportamento. Para chegar a isso, levam em conta ao mesmo tempo o contexto da economia política mundial no qual encaixam as circunstâncias específicas por meio das quais os sujeitos

---

<sup>1</sup> PARK, Julie. Research Partnerships: A Discussion Paper Based on Case Studies From "The Place of Alcohol in the Lives of New Zealand Women" Project. *Women's Studies International Forum*, 15,5/6, 1992, p. 581-591 (581).

constróem esse sentido e levam em consideração as experiências vividas, a agenda central para a ciência feminista<sup>2</sup>. A abordagem feminista é abertamente ideológica nesse sentido: trata-se nem mais nem menos que de uma práxis que deveria levar à criação de espaços para que os sujeitos da pesquisa pudessem finalmente falar por eles mesmos e para que as relações de poder entre homens e mulheres também pudessem se modificar.

A noção de parceria no cerne da pesquisa feminista faz clara referência à metodologia da pesquisa participativa, principalmente nas situações de dominação estrutural das populações do Terceiro Mundo. A esse respeito, Maria Mies afirma que, em razão do colonialismo e do neo-colonialismo, a pesquisa tradicional equivale a uma clara situação de dominação das populações, que com isso ficam reduzidas à situação de objeto de pesquisa<sup>3</sup>. Foi Paulo Freire, naturalmente, quem mais contribuiu para redefinir o processo de pesquisa, uma pesquisa na qual o objeto, graças à conscientização, se transformaria em sujeito e se apropriaria do poder até então reservado aos especialistas. Mas a conscientização coletiva no caso das mulheres não é suficiente, insiste Maria Mies. É preciso acrescentar uma apropriação coletiva da história individual e social delas, para que tenham algum controle sobre as mudanças sociais até aqui passivamente recebidas.

Todas as feministas, qualquer que seja sua orientação, convergem para uma única e mesma noção, que é a de *empowerment*. Ora, na medida em que deveria favorecer a produção de conhecimentos, a pesquisa consiste certamente em um instrumento de *empowerment*. Segundo Patti Lather, a produção de conhecimento equivale também a fazer ressaltar o sentido da vida humana, a acentuar toda a sua complexidade<sup>4</sup>. Ela também fala de pesquisa e de práxis, na medida em que "o processo de pesquisa torna as pessoas capazes de mudar graças à auto-reflexão e à aquisição de um conhecimento mais profundo de suas situações peculiares". Trata-se de uma pesquisa emancipadora.

Nem todas as feministas que acabamos de mencionar falam explicitamente de parceria de pesquisa. É claro, no entanto, que a conscientização, a construção do sentido e a emancipação constituem processos em que se engajam pessoas de diversas origens. Algumas falam, aliás, de um processo dialógico e de negociação<sup>5</sup>, enquanto outras falam de "pesquisa para as populações marginalizadas e não sobre ou a respeito delas"<sup>6</sup>. Qualquer que seja a formulação utilizada, fica claro que em todos os casos estamos lidando com parcerias de pesquisa.

---

<sup>2</sup> MCCALL, Michael M.. Social Constructionism in Critical Feminism Theory and Research. In: MILLER, Gale, HOLSTEIN, James (org.), *Constructionist Controversies. Issues in social problem theory*. Nova Iorque: Aldine de Guyter, 1993, p. 181-191 (184).

<sup>3</sup> MIES, Maria. Towards a Methodology for Feminist Research. In: BOWLES, Gloria, KLEIN, Renate Dueslil (org.), *Theories of Women's Studies*. Londres. Routledge & Kegan Paul, 1983, p. 117-139 (119).

<sup>4</sup> LATHER, Patti. Research as a Praxis. *Harvard Educational Review*. 56, 3, agosto de 1986, p. 257-277 (259)

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 265, 268.

<sup>6</sup> MCCALL, M M , op cit , p. 184.

Na verdade, a inovação recente constituída pela utilização explícita da expressão “parceria de pesquisa” reside no fato de que finalmente os dois termos da pesquisa são agora nomeados. A noção de parceria, então, faz ressaltar de maneira explícita que a pesquisa que visa o *empowerment* constitui uma *joint-venture*, um procedimento no qual a mudança se refere aos dois termos da atuação e não apenas àquele que se considera como subordinado. O processo de *empowerment* de que se trata numa parceria de pesquisa, portanto, não se refere apenas à construção do sentido a partir do ambiente da pesquisa, mas também à relação entre os parceiros.

A relação entre os parceiros se caracteriza por uma existência prévia ao próprio processo de pesquisa. No caso que nos interessa, o da parceria de pesquisa com as mulheres indígenas do Canadá, pode-se até falar de uma ampla relação histórica e estrutural inscrita no próprio cerne da parceria. É uma relação que é importante levar em conta e explicitar previamente e até no decorrer da pesquisa. Nas linhas que se seguem, tentarei mostrar quais são esses elementos estruturais. O objetivo perseguido é ao mesmo tempo o de informação sobre as condições de vida das mulheres indígenas do Canadá e a análise dos fatores que condicionam qualquer parceria de pesquisa entre as indígenas e pessoas que pertencem à sociedade dominante.

### **As mulheres indígenas do Canadá: contexto e condições de vida**

A história dos indígenas do Canadá está intimamente ligada à própria construção do país. Poucos autores se debruçaram sobre a contribuição específica das mulheres indígenas para esse processo. Entretanto, Ron Bourgeault afirma claramente que: “A subordinação das mulheres aborígenes do Canadá se enraíza na práxis do início da colonização francesa e inglesa e está inextricavelmente ligada às divisões de classe e raça do desenvolvimento capitalista”<sup>7</sup>.

Sem remontar até a colonização, é possível reconstituir as modalidades de subordinação das mulheres indígenas em nível regional. Assim, quando de uma pesquisa feita no meio da década de 80 junto à nação *attikamekw*, pude determinar que a subordinação recente das mulheres daquela nação seguia, em grandes linhas, as fases do desenvolvimento do capitalismo, tanto a mercantil quanto a industrial. Pude concluir que essa subordinação se realizara aproveitando a perda da posse do território e o progressivo fechamento nas reservas, aproveitando também a domesticação das mulheres, a implantação do regime assalariado para os homens e a escolarização obrigatória das crianças.

A subordinação das mulheres indígenas constitui um processo no seio de outro mais largo de subjugação dos indígenas em geral. Essa subju-

---

<sup>7</sup> BOURGEAULT, Ron *Race, Class and Gender: colonial domination of indian women*. In: MCKAGUE, Ormond (org.), *Racism in Canada*. Saskatoon, Saskatchewan: Fifth House Publishers, 1991, p 129-149(129)

ção ganhou seu sentido mais formal na elaboração da Lei sobre os Índios a partir de 1869, lei que serviu principalmente para determinar os critérios de definição de quem é índio e quem não o é. A subjugação específica das mulheres índias se tornou possível através do artigo 12(1)b da lei, em virtude do qual uma mulher índia perdia seu estatuto de índia ao se casar com um não-índio. Já um homem índio não perdia sua condição quando se casava com uma não-índia. Apesar do recurso das mulheres indígenas até o Supremo Tribunal do Canadá em 1973 e apesar da queixa depositada pelo Comitê dos Direitos Humanos das Nações Unidas em 1978<sup>8</sup>, esse artigo permaneceu em vigor até 1985, enquanto a Lei foi modificada por ocasião da operacionalização da Carta Canadense dos Direitos e Liberdades, instaurada em 1982. As seções 15 e 28 dessa carta se referem, de maneira explícita, à discriminação baseada no sexo. O governo canadense, portanto, modificou a Lei sobre os Índios para evitar que ela fosse declarada ilegal<sup>9</sup>.

O artigo 12(1)b da Lei sobre os Índios não foi a única instância de discriminação em relação às mulheres indígenas no Canadá. Enquanto as mulheres canadenses obtiveram o direito de voto em 1916, as mulheres ameríndias só o adquiriram quando ele foi atribuído ao conjunto dos ameríndios, ou seja, em 1958. Consta-se portanto que a discriminação sofrida pelas mulheres ameríndias não foi baseada apenas no sexo, mas também na raça<sup>10</sup>. Com razão, Ron Bourgeault qualifica a Lei sobre os Índios de "legislação baseada na raça, desenvolvida a fim de subjugar um povo livre"<sup>11</sup>.

A memória das instituições canadenses leva o selo da discriminação em relação às populações autóctones do país. "Raça e etnicidade sempre tiveram uma realidade sociológica importante no Canadá, dando forma às características das estruturas sociais, legais, jurídicas e políticas, condicionando os processos de formação de classes, de mobilização e de conflitos"<sup>12</sup>.

Pode-se então qualificar a discriminação dos indígenas do Canadá como discriminação estrutural. As práticas de discriminação também são reveladoras. São encontradas até dentro de reivindicações territoriais e de negociações envolvendo o governo autônomo<sup>13</sup>.

Outros juristas indígenas, entretanto, duvidam que discussões baseadas na noção de direito, seja ele individual, coletivo ou internacional,

---

<sup>8</sup> KIRKNESS, Verna. Emerging Native Woman. *Canadian Journal of Women and the Law*, 2, 2, 1987-1988, p. 408-415 (414).

<sup>9</sup> ROULEAU, Michèle. Quebec Native Women's Association. *Canada Woman Studies/Les Cahiers de la Femme*, vol. 10, 2-3, 1989, p. 143-145 (144).

<sup>10</sup> KIRKNESS, V., op. cit., p. 413.

<sup>11</sup> BOURGEAULT, R., op. cit., p. 150.

<sup>12</sup> ABELÉ, Francis, STASIULIS, Dalva. Canada as a 'White Settler Colony': what about natives and immigrants? In: CLEMENT, Wallace, WILLIAMS, Glen (org.), *The New Canadian Political Economy*. Kingston/Montreal/Londres. McGill-Queen's University Press, 1989, p. 240-277 (241).

<sup>13</sup> LÉVESQUE, Carole. D'ombre et de lumière: l'Association des femmes autochtones du Québec. *Nouvelles Pratiques Sociales*, 3, 2, 1990, p. 71-83.

resultem numa solução aceitável para as populações indígenas que reivindicam, na verdade, o simples direito de existir, de existir na dignidade. Assim, não apenas existem diferenças culturais entre as populações indígenas; existem também diferenças de interpretação quanto ao final dos processos de reivindicações que elas iniciaram, seja no que toca aos territórios, à forma de governo desejada, às relações a serem mantidas com o governo canadense ou ainda no que toca às reivindicações referentes à condição das mulheres indígenas.

As mulheres indígenas se encontram na verdade entre a cruz e a caldeirinha assim que empreendem alguma ação emancipadora. Vejamos apenas suas reivindicações quanto à revogação do artigo 12(1)b da Lei sobre os Índios. Vê-se que: "... a luta das mulheres indígenas não se dirigia apenas contra um governo federal insensível. Dirigia-se também contra o *establishment* indígena masculino criado em virtude da Lei sobre os Índios. A Lei sobre os Índios nos impôs um sistema patriarcal e leis patriarcais que favorecem os homens"<sup>14</sup>.

Para esse fim, o governo confiou às tribos de índios das reservas o direito de deliberar quanto às modalidades de reintegração das mulheres nas reservas, daí resultando que várias delas não conseguiram ter acesso a seus direitos legítimos. Foi o que levou Mary Ellen Turpel a dizer que os Conselhos de Tribos, dominados pelos homens, muitas vezes tiveram uma posição comum com o governo canadense contra as mulheres liberadas<sup>15</sup>. Aliás, os limites da nova legislação quanto ao estatuto das mulheres ameríndias são patentes, pois os netos dessas mulheres não têm acesso ao estatuto ameríndio. A discriminação do tal artigo foi suspensa por duas gerações apenas<sup>16</sup>.

Embora se percebam os limites da revogação do artigo visado, existem divisões quanto à pertinência para as mulheres lesadas de reivindicar, em virtude da própria Carta.

É preciso dizer que a situação canadense é extremamente complexa, devido aos diversos níveis de governo e devido também a profundas diferenças no seio da população indígena, diferenças que os governos e a população canadense em geral não levam muito em conta. Na opinião de juristas indígenas, as leis também, principalmente a Carta dos Direitos e Liberdades, refletem uma hegemonia cultural pouco comum e que dá primazia a uma concepção individualista dos direitos, quando os indígenas valorizam uma concepção coletivista<sup>17</sup>. É como se a Carta Canadense dos Direitos e

---

<sup>14</sup> Native Women's Association of Canada, s. d. Citado no *Canada Package*, p. 3.

<sup>15</sup> TURPEL, Mary Ellen. Aboriginal Peoples and the Canadian Charter: interpretative monopolies, cultural differences. *Canadian Human Rights Yearbook*, nº. 6, 1989-1990, p. 3-45 (42).

<sup>16</sup> KIRKNESS, V., op. cit., p. 415.

<sup>17</sup> TURPEL Aki-Kwe/Mary Ellen. Aboriginal Peoples and the Canadian Charter of Rights and Freedom. Contradictions and challenges. *Canadian Woman Studies/Les Cahiers de la Femme*, vol. 10, 2-3, 1989, p. 149-158.

Liberdades, concebida num contexto de hegemonia e opressão culturais, pudesse fazer com que os indígenas sofressem certos recuos ao mesmo tempo de dentro, pelos membros das Primeiras Nações, e de fora, pela sociedade dominante canadense.

Essas discriminações estruturais se traduzem atualmente por uma diferença nas condições de vida do conjunto dos indígenas do Canadá e particularmente nas das mulheres indígenas. A esse respeito alguns dados quantitativos são eloqüentes. No campo da educação, por exemplo, apenas 1,9% dos índios registrados têm um diploma universitário, enquanto essa proporção é de 10% para a população canadense em geral<sup>18</sup>. No campo da justiça, constata-se que os indígenas estão excessivamente representados no meio carcerário<sup>19</sup>. Há alguns anos, no Manitoba, uma província canadense com grande população indígena, a proporção de prisões era de 19 indígenas para um não-indígena, sendo para as mulheres indígenas de três contra uma não-indígena presa. 80% das prisões entre os indígenas estavam ligadas à bebida<sup>20</sup>. Nesse campo, as afirmações de Patricia Monture-Okanee são perturbadoras: "É mais provável para uma pessoa das Primeiras Nações que cresce neste país ir para a prisão que para a universidade. Uma mulher indígena de Saskatchewan que tenha atualmente 16 anos de idade terá 181 vezes mais chances que uma mulher não-indígena (não necessariamente uma mulher branca, no entanto) de ir para a prisão antes dos 25 anos de idade"<sup>21</sup>.

A violência sofrida pelas mulheres indígenas tanto dentro das comunidades indígenas quanto fora destas também é preocupante. A Associação das Mulheres Indígenas de Ontário publicou recentemente um relatório sobre a violência baseado numa pesquisa que mostra que oito em cada dez mulheres indígenas haviam sofrido violência sob uma forma ou outra, e que quatro crianças em cada dez haviam sido espancadas. Em 84% dos casos, o marido é que foi identificado como o espancador, quando, em 82% dos casos, era a mulher que tinha que sair de casa<sup>22</sup>.

Se bem que isso não esteja provado de modo absoluto por nenhum estudo, parece que a violência está na base da decisão das mulheres indígenas de deixar a reserva e se instalar na cidade. As estatísticas canadenses mostram que, globalmente, "mais índias do que índios moram fora da

---

<sup>18</sup> MONTURE-OKANEE, Patricia A. The Violence we Women Do: a first nations view. In: BACKHOUSE, Constance, FLAHERTY, David H. (org.), *Challenging Times. The Women's Movement in Canada and the United States*. Montreal/Kingston: McGill-Queen's University, 1992, p. 193-200 (198).

<sup>19</sup> ROULEAU, M., op. cit., p. 144.

<sup>20</sup> HOVENS, Pieter. Between Deviance and Integration: indians in the city. In: VERKEVA, Yulia, HOVENS, Pieter (org.), *North American Indian Studies: european contribution*. Göttingen. Edition Herodot, 1981, p. 255-279 (260-261).

<sup>21</sup> MONTURE-OKANEE, op. cit., p. 198.

<sup>22</sup> LES CAHIERS DE LA FEMME. Breaking Free. A proposal for change to aboriginal family violence. *Canadian Woman Studies/Les Cahiers de la Femme*. II, 4, 1990, p. 79-80 (79).

reserva" (Affaires indiennes et du Nord 1989: vii). No Quebec contavam-se, em 1990, 48.551 índios registrados. Desse número 13.807, ou seja, 28,43%, viviam fora da reserva, 56% dos quais eram mulheres (Affaires indiennes et du Nord Canada 1990, Registro de índios por sexo e residência, 1990). Esses números no entanto estão sujeitos a caução. Vários indígenas recusaram-se a responder aos questionários do último censo canadense, quando se aceita a auto-definição como critério de filiação às nações indígenas. À pergunta "quantos indígenas vivem em meio urbano no Quebec?" a Secretaria dos Negócios Indígenas responde: entre 13.390 e 91.035! Acrescenta que, segundo um estudo pan-canadense, a proporção de índios reintegrados vivendo fora de reservas seria de 50% e até de 75% em certas províncias.

No Quebec, a maior parte dos índios que vivem fora de reserva se encontram em Montreal. De acordo com fontes jornalísticas, haveria 15.000 indígenas em Montreal. É claro que, desse número, uma grande proporção de indígenas está apenas de passagem. Os Centros de Amizade Indígena (centros de serviços para os índios) de Montreal assinalam que "4.000 mulheres vieram este ano passar um período no Centro de Amizade"<sup>23</sup>.

As razões dadas pelos indígenas para se instalar na cidade são variadas. Um estudo já antigo assinala que, na Colúmbia Britânica, o emprego é a razão mais importante para explicar a ida da reserva para a cidade. A atração da cidade constitui uma segunda razão. A falta de moradia é evocada em terceiro lugar por 13,9% das mulheres e 9,7% dos homens. Uma quarta razão era a aproximação com parentes já instalados na cidade<sup>24</sup>.

As mesmas razões são invocadas por indígenas entrevistados para uma reportagem jornalística em Montreal, em 1993, razões a que se acrescentam os estudos, o encarceramento e os tratamentos de desintoxicação<sup>25</sup>.

O conhecimento da sociedade canadense em relação às situações dos indígenas em seu território ainda é bastante esquemático. Se a discriminação estrutural está bastante bem documentada, isso se deve sobretudo aos militantes de direitos humanos assim como aos próprios indígenas. Já as situações vividas pelos indígenas no cotidiano são muito menos conhecidas. Certas interpretações tendem a mostrar que esse desconhecimento também está ligado ao racismo inintencional, mas inerente a nossa sociedade e a seu poder sobre os indígenas. Efetivamente: "...o racismo não tem necessidade de ser intencional. Isso é uma desculpa aceita pela lei, que você não tinha a intenção de ser racista. É uma maneira de ser, é um não-conhecimento, é uma incompreensão"<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> TURENNE, Martine. Les Autochtones à Montréal: petite criminalité, grande misère. *Le Devoir*, 28/07/1993, p. A-1.

<sup>24</sup> STANBURY, W. T.. *Success and Failure. Indians in Urban Society*. Vancouver: University of British Columbia Press, p. 35. Assisted by Jay H. Siegel

<sup>25</sup> ROY, J. H. La communauté autochtone de Montréal. Hochelaga mon amour. *Voir Actualité*, vol. 6, 37, 13/08/1992, p. 5; TURENNE, Martine. Les Autochtones à Montréal: la ville pour échapper à la misère et à l'ennui. *Le Devoir*, 27/07/1993, p. A-1.

<sup>26</sup> GRAY, Cynthia. A Question of Sovereignty. Patricia Monture v. the Queen. *Canadian Woman Studies/ Les Cahiers de la Femme*, vol. 10, 2-30, 1989, p. 146-147 (147).

É notório no Canadá que os membros do meio acadêmico têm geralmente evitado a questão das relações de raça, fazendo-a caber principalmente dentro daquela da etnicidade. O movimento feminista também não escapa à crítica, pois constatou-se uma falta quase total de coordenação entre o movimento feminista e as organizações que lutam contra o racismo<sup>27</sup>.

Nessas circunstâncias, parece que uma contribuição para a erradicação da discriminação em relação às indígenas, seja ela baseada na raça ou no sexo, reside num procedimento de criação de conhecimento, um conhecimento que possa levar ao *empowerment*.

### **As mulheres indígenas em meio urbano: uma pesquisa para o *empowerment***

A Associação das Mulheres Indígenas do Quebec foi fundada em 1974. Um de seus primeiros objetivos era "o reconhecimento do direito à igualdade jurídica para todas as mulheres indígenas"<sup>28</sup>, ou seja, a revogação do artigo 12(1)b. O Conselho de Administração da AFAQ se compõe hoje de nove conselhos gerais das nações indígenas do Quebec, entre os quais o Conselho Geral Urbano. Os setores nos quais os membros desse conselho desejam intervir são a saúde, o desenvolvimento domiciliar, a educação, a moradia, o emprego e a formação, assim como as comunicações. Num documento apresentado à Comissão Real sobre os Povos Indígenas em 1993, o conselho propunha organizar um Centro Multi-serviços para as mulheres indígenas em meio urbano<sup>29</sup>.

A AFAQ tem uma posição clara no que se refere à igualdade entre homens e mulheres: "nenhuma autonomia política será realmente viável se não estiver subordinada à igualdade de mulheres e homens e ao reconhecimento formal do lugar das mulheres indígenas em nossas sociedades ameríndias" (Conselho Geral Urbano 1993:4).

Assim, a AFAQ desenvolveu alianças com o movimento feminista do Quebec e faz parte do Conselho do Estatuto da Mulher, de modo que se pode afirmar que a Associação e suas componentes "fazem parte de uma rede importante de mulheres indígenas e não-indígenas" (Conselho Geral Urbano 1993:1).

Foi nesse contexto de desenvolvimento de alianças múltiplas que o Conselho Geral Urbano, capítulo de Quebec-Montreal e Hull, tomou a iniciativa de organizar uma parceria de pesquisa com acadêmicas da cidade de

---

<sup>27</sup> BUCHIGNANI, Norman. Some Comments on the Elimination of Racism in Canada. In MCKAGUE, Ormond (org.), *Racism in Canada*. Saskatoon, Saskatchewan: Fifth House Publishers, 1991, p. 199-205 (203, 204)

<sup>28</sup> LÉVESQUE, C., op. cit., p. 75.

<sup>29</sup> CONSEIL GÉNÉRAL URBAIN. *Mémoire présenté par le Conseil Général Urbain de l'Association des Femmes Autochtones du Québec à la Commission Royale sur les Peuples Autochtones*. Montreal, 27/05/1993, p. 4.

Quebec. A pesquisa que está sendo efetuada dentro disso e que, num primeiro momento, será um projeto-piloto, tem como objetivo um melhor conhecimento das situações de mulheres indígenas em meio urbano.

Essencialmente, a pesquisa, que começou em abril, é feita por membros da AFAQ com um apoio acadêmico quanto à formação para pesquisa. As verbas foram obtidas pelas respectivas parceiras junto ao Ministério dos Negócios Indígenas e do Norte e junto ao Centro de Pesquisa Interdisciplinar sobre a violência familiar e a violência contra as mulheres da Universidade de Laval.

O estado dos conhecimentos é tal que foi preciso começar a pesquisa por um levantamento das mulheres ameríndias da cidade por meio da técnica “bola de neve” e por um cruzamento dos dados assim obtidos com as listas dos membros das tribos ameríndias, pelo menos aquelas que assinalam quais de seus membros se encontram na cidade. Procura-se fazer o levantamento mais exaustivo possível, porque as parceiras querem fazer uma pesquisa sócio-demográfica das mulheres indígenas em Quebec de maneira a selecionar uma amostragem representativa junto à qual poderá se desenrolar o processo central de pesquisa. O instrumento de pesquisa, um questionário, está em curso de elaboração. Numa perspectiva de participação, mulheres indígenas receberão uma formação que permitirá que elas mesmas procedam à pesquisa.

Simultaneamente com a pesquisa sócio-demográfica, serão organizados e consultados grupos de mulheres indígenas, segundo um método semelhante ao do grupo nominal, a fim de identificar as prioridades em matéria de pesquisa. Com base nos resultados dessa consulta, um grupo de mulheres indígenas elaborará esquemas de entrevistas referentes a suas relações com a sociedade dominante através dos serviços a que elas recorrem.

Esta etapa da pesquisa, de tipo qualitativo, não abrangerá apenas as mulheres indígenas, mas também os fornecedores de serviços, quer se trate de serviços de saúde, educação, serviços sociais, emprego, cultura, espiritualidade etc., dos membros da sociedade dominante em geral. Efetivamente, se considerarmos que a discriminação constitui um processo, é importante insistir tanto na relação enquanto tal quanto também nos termos da relação.

Tanto com as mulheres indígenas quanto com os membros da sociedade canadense, será privilegiada a entrevista aberta e serial. Essas entrevistas serão mais uma vez conduzidas por mulheres indígenas, que no decorrer de toda a elaboração do instrumento terão recebido uma formação adequada baseada numa metodologia de formação participativa. Aliás é nesse nível que se situa principalmente meu papel enquanto acadêmica e pesquisadora dedicada à formação de pesquisadores e pesquisadoras.

Esse procedimento se baseia numa experiência de pesquisa/ação/participação realizada há alguns anos na Colômbia com uma população

camponesa dos Andes. Nesse contexto, já foi levado a cabo todo um ciclo de pesquisa participativa. Já se atravessou o conjunto das etapas da pesquisa, desde a identificação da questão de pesquisa, passando pela elaboração da metodologia, a seleção das técnicas, a construção da amostra, a coleta dos dados, até a elaboração do produto final e a difusão dos resultados. O campesinato envolvido recebeu um apoio para a formação e uma coordenação para passar pelas diversas etapas, por parte de uma equipe de pesquisadores acadêmicos dirigidos por mim. A experiência mostrou que um processo como esse era criador de conhecimento e de poder sobre o meio e que podia desembocar na ação. A experiência tem todas as chances de ter o mesmo tipo de resultados, ainda mais porque as mulheres indígenas do Quebec têm uma escolarização em muito superior à dos camponeses com os quais trabalhei.

No caso da pesquisa que nos interessa, está previsto que a análise dos dados seja feita por algumas mulheres indígenas que, mais uma vez, receberão a formação adequada. Continuamente, durante o processo, as interpretações serão submetidas às discussões de grupos formados por mulheres indígenas que terão participado da pesquisa, seja como entrevistadoras ou entrevistadas.

Os resultados esperados dessa pesquisa em parceria são, naturalmente, a aquisição de conhecimentos sobre as situações das mulheres indígenas na cidade de Quebec, mas principalmente o controle desses conhecimentos por elas mesmas. Sem ceder quanto à importância de um impacto acadêmico da criação desses conhecimentos, as parceiras concordaram em que a pesquisa deveria resultar em recomendações e reivindicações junto às entidades envolvidas.

A pesquisa em parceria, certamente, não é a primeira experiência de pesquisa das mulheres indígenas de Quebec. A Associação das Mulheres Indígenas de Quebec, desde sua fundação, se dedica, com recursos mais que modestos, à pesquisa eventual. Os Centros de Amizade Indígena também realizaram pesquisas sobre sua clientela. A pesquisa não é em absoluto uma desconhecida para os grupos indígenas pelo Canadá inteiro. É certo que os antropólogos têm recebido críticas muito severas por parte dos indígenas. Mary Ellen Turpel, principalmente, afirma que "...toda a metodologia do etnógrafo ou do antropólogo social... é um método objetificante (...) uma metodologia... que é estruturada em torno do sujeito/objeto de maneira não-problematizada"<sup>30</sup>.

Se é exato que a Antropologia tem muitos erros, é verdade também que a pesquisa antropológica não é monolítica e que ela também está em constante mudança. Algumas dessas mudanças devem muito à pesquisa

---

<sup>30</sup> TURPEL, M. E., 1989-90, op. cit., p. 30.

feminista e à pesquisa participativa. A pesquisa feminista em parceria constitui muito certamente uma instância de mudança suscetível de modificar consideravelmente a percepção que as populações oprimidas podem ter de uma disciplina como a Antropologia. Ao mesmo tempo que é antropológica, essa pesquisa é feminista, um feminismo que se concentra realmente nas mulheres e para o qual "o reconhecimento da raça, da classe, das preferências sexuais determina em muito as prioridades políticas e teóricas"<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> CHILDERS, Mary, HOOKS, bell. A Conversation about Race and Class. In HIRSH, Marianne, KELLER, Evelyn Fox (org.), *Conflicts in Feminism*. Nova Iorque/Boston. Routledge, 1990, p. 60-81 (68).